

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 307**

Período: 27/09/2008 a 03/10/2008

GEDES -Brasil

- 1- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos posicionam-se sobre crimes ocorridos no período da ditadura militar brasileira
- 2- Planejamento para a modernização da Marinha
- 3- Comandante da Marinha não concorda com a transferência da tecnologia nuclear brasileira
- 4- De acordo com perícia do Exército, Abin não tem equipamentos para interceptar ligações telefônicas
- 5- Exército terá batalhão em aérea de fronteira com a Bolívia e o Paraguai
- 6- Comando da Aeronáutica divulga lista com jatos finalistas para seleção do Projeto FX-2
- 7- Exército pede liberação imediata de R\$ 445 milhões do orçamento
- 8- General critica atual gestão de pastas do governo que atuam na Amazônia e propõe a criação do Ministério da Amazônia
- 9- Operação Guanabara ocupa áreas do Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro

1- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos posicionam-se sobre crimes ocorridos no período da ditadura militar brasileira

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) exige que os arquivos do período da ditadura militar brasileira (1964-1985) sejam abertos e que os participantes da tortura a serviço do regime sejam punidos. D. Geraldo Lyrio Rocha, presidente da Conferência, afirmou no dia 26/09/08 que isso deve ocorrer para que se faça justiça com a história nacional. Ainda declarou que deve haver perdão, mas não impunidade para as pessoas envolvidas com a prática da tortura. A CNBB, em Brasília (DF), recebeu nesse mesmo dia uma sessão especial de julgamento com 13 processos. Esses requerimentos diziam respeito às perseguições e torturas a membros vinculados à Igreja no período. Rocha compartilha a opinião de Paulo Vanucchi, ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que já se posicionou a favor de punições. Vanucchi declarou, contudo, que cabe ao Judiciário a decisão de revisar ou não a Lei de Anistia. O presidente da CNBB posicionou-se a favor da Comissão de Anistia. Para Rocha, o esforço feito pela comissão auxilia na construção da memória para as gerações futuras; entretanto, o bispo reconhece a necessidade do desdobramento gradual desse processo. De acordo com o *Jornal do Brasil*, a abertura dos referidos arquivos está prevista ainda para o ano de 2008, por autorização do governo. Segundo Luís Paulo Teles Barreto, ministro interino da Justiça, no decorrer das próximas semanas haverá a definição dos critérios para a abertura, entretanto os arquivos qualificados de secretos e ultra-secretos continuarão ocultos. Ainda referente a crimes cometidos no período ditatorial, segundo a *Folha de S. Paulo*, em edição do dia 03/10/08, Paulo Vanuchi fez declarações acerca da

Guerrilha do Araguaia, ocorrida na década de 1970, e os guerrilheiros desaparecidos. Vanuchi afirmou que não aceitará mais as declarações das Forças Armadas, especialmente do Exército, que neguem a posse de documentos e informações que levem aos corpos dos desaparecidos, visto que a Secretaria de Direitos Humanos possui documentação fotográfica que denuncia o contato de militares com corpos de militantes do Partido Comunista do Brasil – partido então clandestino que organizou a guerrilha. O Exército não se pronunciou sobre as declarações de Vanuchi, nem sobre as fotografias. (Folha de S. Paulo – Brasil – 03/10/08; Jornal do Brasil – País – 27/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/09/08).

2- Planejamento para a modernização da Marinha

O *Jornal do Brasil* noticiou que, de acordo com o almirante Júlio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha, o prazo máximo para a entrega do submarino nuclear brasileiro será 2021. O estaleiro que guardará o submarino será construído na região de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. O pronunciamento de Moura Neto ocorreu no dia 26/09/08, durante a posse do almirante José Alberto Accioly Fragelli, coordenador-geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear. A primeira fase do processo, que envolveu o enriquecimento do urânio no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, no estado de São Paulo, já foi concluída. Falta pouco para a conclusão de uma planta nuclear de produção de energia elétrica. O casco do submarino nuclear será feito em parceria com a França. Além disso, Moura Neto anunciou que quatro submarinos de propulsão convencional serão construídos a partir de 2009, com previsão de entrega do primeiro em 2014. O comandante da Marinha garantiu que o desenvolvimento do programa de reaparelhamento da Força aumentará o poder de dissuasão do Brasil frente a outros países, principalmente no que se refere à proteção das reservas de petróleo descobertas recentemente na camada pré-sal do litoral brasileiro. A construção do submarino nuclear está prevista na Estratégia Nacional de Defesa, elaborada por Roberto Mangabeira Unger, ministro de Assuntos Estratégicos, e Nelson Jobim, ministro da Defesa; e o valor do projeto pode alcançar 600 milhões de dólares, que corresponde a mais do que o dobro do orçamento para se construir um submarino convencional. O orçamento da Marinha para 2009, estimado em aproximadamente 2,7 bilhões de reais, não inclui os gastos integrais com o submarino nuclear, uma vez que parte do financiamento do projeto virá do exterior. O almirante da reserva Othon Luiz Pinheiro da Silva, precursor do projeto que teve início em 1979 e atual presidente da Eletronuclear, ressaltou que o Brasil necessita de ao menos seis submarinos nucleares, dada a grande área litorânea do país. Além da construção de submarinos, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Marinha desenvolverá uma atualizada rede de sensores eletrônicos dispersos em toda região litorânea brasileira, a um custo de aproximadamente 2 bilhões de dólares. Moura Neto comparou o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), cuja criação custou 1,4 bilhão de dólares. Será necessário construir quatro Centros Regionais de monitoramento, sendo que o principal deles se responsabilizará por guardar as bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Radares digitais de longo alcance, rastreadores de satélite, unidades de busca, estações de rádio protegidas e

sofisticados equipamentos de reconhecimento de atividade submarina clandestina estarão dentro desse projeto, que poderia ser financiando pelos royalties obtidos com o petróleo. No entanto, boa parte dessa quantia (3,865 bilhões de reais) está estacionada. Ao mesmo tempo em que se buscam recursos para a realização do projeto, a Marinha solicitou junto a Organização das Nações Unidas o aumento de 950 mil km² na extensão das águas territoriais do Brasil. Tal acréscimo elevaria em 52% a área marítima brasileira. Já existem dois sistemas de monitoramento vigentes na Força, encarregados de acompanhar o tráfego na costa brasileira. Torpedos, helicópteros, patrulheiros oceânicos, embarcações de escolta e de uso em grandes rios também estão na lista para modernização da frota. (Jornal do Brasil – País – 27/09/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/09/08).

3- Comandante da Marinha não concorda com a transferência da tecnologia nuclear brasileira

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o almirante Júlio Soares Moura Neto, comandante da Marinha, declarou que o Brasil não transferirá tecnologia nuclear a nenhum outro país, embora a cooperação na área nuclear com parceiros como Argentina e Índia seja viável. Apesar de não participar de reuniões para acordos bilaterais, a Marinha trabalha extra-oficialmente para que não haja nenhum precedente nessa questão de transferência de tecnologia nuclear. A possibilidade de parceria entre Brasil e Argentina para a criação de uma empresa binacional voltada para o enriquecimento de urânio está sendo especialmente acompanhada pelo comandante da Marinha, que rechaça a questão, por considerar que se trata de um tipo de conhecimento específico e sensível de cada país. Segundo o *Estado*, há algum tempo, o Brasil se negou a conversar sobre a adesão ao protocolo adicional do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que autorizaria os agentes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a inspecionar a planta industrial de enriquecimento de urânio de Resende (RJ). A Marinha trabalhou junto ao governo para que sua tecnologia não fosse revelada. Os cientistas, executivos e técnicos das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) não possuem acesso a essa planta. Somente as pessoas que trabalham no Centro Experimental Aramar é que possuem contatos com as ultracentrífugas de enriquecimento de urânio. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 28/09/08).

4- De acordo com perícia do Exército, Abin não tem equipamentos para interceptar ligações telefônicas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a perícia realizada por técnicos do Exército em equipamentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deve indicar que os mesmos não são capazes de realizar interceptações telefônicas em linhas digitais. Sendo assim, os equipamentos da Abin não poderiam ter interceptado as ligações entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres, uma vez que foram originadas de linhas digitais entre um telefone celular e um fixo. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o caso dos grampos da Abin, o deputado Marcelo Itagiba, espera que nos próximos dias o ministro da Defesa, Nelson Jobim, retire o caráter “confidencial” do laudo técnico feito

pelo Exército para que a conclusão dos militares sobre os equipamentos seja analisada em sessão aberta da CPI. (Folha de S. Paulo – Nacional – 29/09/08).

5- Exército terá batalhão em aérea de fronteira com a Bolívia e o Paraguai

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante do Exército, Enzo Martins Peri, estiveram no dia 30/09/08 em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, para o lançamento da pedra fundamental da nova sede do 3º Batalhão operacional do Exército. O batalhão será a base operacional de helicópteros do Exército localizada em uma região estratégica, onde se encontram as fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/09/08).

6- Comando da Aeronáutica divulga lista com jatos finalistas para seleção do Projeto FX-2

Segundo publicação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comando da Aeronáutica divulgou no dia 02/10/2008 a lista dos três caças entre os quais será escolhido o novo jato padrão da Força Aérea Brasileira. Os jatos supersônicos selecionados são o Dassault Rafaele da França, o F-18 E/F Super Hornet dos EUA e o sueco Gripen NG. O Projeto F-X2 pretende substituir até 2025 as atuais frotas brasileiras e ao final do projeto, cerca de 150 aviões de combate deverão ser incorporados. Inicialmente o projeto contará com 36 aeronaves a um custo de 2,5 bilhões de dólares que deverão servir de base aos projetos nacionais, além de permitirem a transferência de conhecimento tecnológico. Entre os modelos recusados pela Aeronáutica estão o Eurofighter europeu e o Su-35 russo. Com relação ao Eurofighter, o elevado preço do caça (acima de 80 milhões de euros a unidade) e a proposta britânica de manter policiais próprios nos aeroportos brasileiros para controlar passageiros com destino à Grã-Bretanha inviabilizaram a continuação deste na concorrência. Já o Su-35 foi dispensado pelo aparente desinteresse dos fornecedores russos, segundos os jornais, muito envolvidos com o fornecimento de armamentos à Venezuela a um valor de aproximadamente 5,5 bilhões de dólares. Questiona-se ainda como a Boeing Company, fabricante do F-18 E/F Super Hornet, irá conseguir aprovação do governo americano para autorizar a transferência tecnológica, premissa obrigatória do governo brasileiro. A escolha deverá ser realizada no início de 2009 e, segundo os jornais, o modelo francês Dassault Rafaele é o favorito por possibilitar a transferência tecnológica. O presidente francês Nicolas Sarkozy comparecerá ao Brasil em dezembro de 2008, ocasião em que se discutirá um pacote de cooperação entre os países na área militar. O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou notícia vinculando a preferência pelos caças norte-americano e francês à opção brasileira de não desagradar os Estados Unidos, principalmente pelo fato do governo brasileiro ter excluído o concorrente russo, que é fornecido à Venezuela de Hugo Chávez. Em resposta à *Folha*, o Ministério da Defesa divulgou nota no dia 03/10/08 esclarecendo que a escolha dos caças finalistas não sofreu interferência política, mas se baseou em uma decisão técnica elaborada pela Comissão Gerencial do Projeto F-X2, pautada especialmente no critério da transferência de tecnologia. (Folha de S. Paulo – Brasil –

02/10/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/10/08; O Estado de S. Paulo – Nacional - 02/10/2008).

7- Exército pede liberação imediata de R\$ 445 milhões do orçamento

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército pediu ao governo a liberação imediata de 445 milhões de reais, do total de 518,8 milhões previstos no orçamento da instituição. A não-liberação do dinheiro poderá resultar na dispensa de recrutas por mais de um mês, reduções nos horários de expediente e diminuição de pelo menos 20 mil soldados em 2009. Tais conseqüências, segundo comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, deverão afetar o emprego dos militares no segundo turno das eleições municipais, além de trazer déficits à segurança nas fronteiras. O general encaminhou no dia 30/09/08 um comunicado às tropas informando os prejuízos caso o dinheiro não seja liberado. Peri também contactou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e indagou sobre o aumento de orçamento das Forças Armadas. Bernardo reagiu afirmando que aceitou o cargo no Ministério com a ressalva de que não tivesse que discutir com nenhum comandante questões orçamentárias, pois estas deveriam ser debatidas no Ministério da Defesa. (O Estado de S.Paulo – Nacional - 02/10/08).

8- General critica atual gestão de pastas do governo que atuam na Amazônia e propõe a criação do Ministério da Amazônia

Segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, em palestra no Clube Militar no dia 01/10/08 o general da reserva Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército, propôs a criação do Ministério da Amazônia. Nas palavras do general, as atuais pastas que cuidam do assunto são inoperantes ou “inúteis”. Gonçalves também criticou a presença das inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs) na Amazônia e, com relação à reserva Raposa Serra do Sol (estado de Roraima), afirmou que os índios não necessitam de liberdade irrestrita na área. (O Estado de S.Paulo – Nacional - 02/10/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).